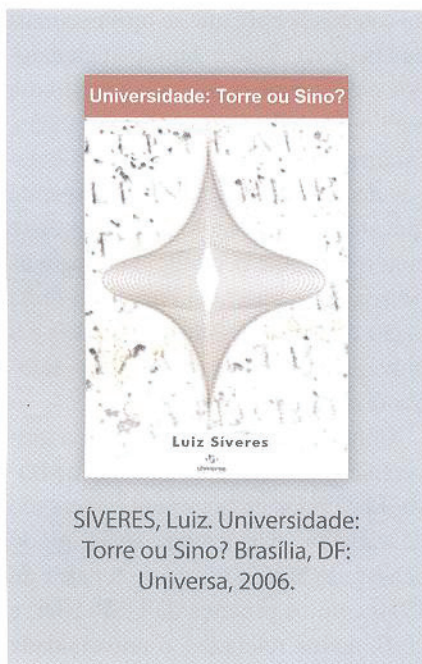




SÍVERES, Luiz. *Universidade: Torre ou Sino?* Brasília, DF: Universa, 2006.

Universidade: Torre ou Sino?

Ana Paula Krindges Senger Caixeta

Mestra em Educação pela Universidade Católica de Brasília

O livro “Universidade: Torre ou Sino?” do autor Luiz Síveres, chega em minhas mãos como um maravilhoso presente, onde o conhecimento é a base do filosofar para a vida e para projetos educacionais de âmbito amplo e complexo como a Educação Superior Brasileira.

Nesse livro são contempladas três experiências concretas de como podem existir projetos inovadores e eficazes na Educação Superior no Brasil. As universidades abordadas e claramente apresentadas, demonstram que, com projetos inovadores e força de vontade educativa, juntamente com as inúmeras ciências e a filosofia, quando caminham juntas, conseguem proporcionar uma educação comprometida com a qualidade e com a formação de cidadãos conscientes, críticos, criativos e comprometidos com as transformações da sociedade que con(vivem), embasados nos quatro pilares da educação nacional.

Projetos como o da USP, da UDF e da UnB demonstram que as universidades não são apenas “conglomerados de faculdades profissionalizantes” (2006, p. 26), mas sim, que podem transformar-se em verdadeiros ambientes de ensinar, educar e aprender a aprender para e com os outros seres humanos e não somente ser uma produtora de “máquinas humanas” para a geração do capitalismo e do consumismo.

O primeiro projeto abordado é o da USP, que foi fundada pelo sociólogo Fernando de Azevedo, em 1934 em São Paulo. Seus princípios políticos e

educacionais foram embasados em sua formação e em sua atuação como redator e educador. Inspirou-se também no sociólogo Émile Durkheim. Acreditava no amor, na liberdade, no respeito, na cultura e na personalidade humana como possível forma de construir uma boa democracia. Também acreditava que seria por meio da educação que os seres humanos teriam uma conduta mais humana e mais voltada ao coletivismo, a vida em conjunto dentro de uma sociedade mais ampla. Em sua visão, um educador deveria ter um espírito filosófico, para buscar por verdades e, científico, para modificar e melhorar as metodologias propostas.

O projeto da USP destacou-se em três pontos-chaves. Primeiro, estava pautado em inspirações sociológicas e filosóficas, onde os cursos profissionalizantes passariam por um embasamento filosófico nas Faculdades de Filosofia. Essa era uma característica inconfundível e própria da USP que se utilizava da filosofia como uma energia de alicerce, de base. Segundo, era um espaço cultural, que visava a livre manifestação dos pensamentos e, assim, a universidade se convergia entre a filosofia (pensamentos e culturas) e a ciência (técnicas e metodologias). Terceiro, preocupou-se com a relação da universidade com a sociedade, uma vez que o desenvolvimento da sociedade local vinha da formação que a USP oferecia.

A USP, no entanto, teve o seu projeto inicial redefinido, devido ao golpe do Estado Novo, juntamente com os

movimentos católicos conservadores que, extinguiram o Instituto de Educação e transformaram a Faculdade de Filosofia em mais uma faculdade profissionalizante.

O segundo projeto abordado é o da UDF, que foi fundada pelo filósofo Anísio Teixeira, em 1935 no Distrito Federal. Seus princípios políticos e educacionais estão fundamentados na filosofia da educação, em John Dewey e em Florestan Fernandes. Tinha um espírito crítico, acreditava na liberdade, na democracia e tinha interesse pelo empírico. Segundo ele, a filosofia era o próprio pensar. Queria uma universidade que acolhesse todas as classes sociais, visando igualar a formação sem preconceitos.

O projeto da UDF destacou-se em três pontos-chaves. Primeiro, visava uma universidade que inspirasse a filosofia e demonstrasse a democracia. Segundo, tinha como base central a filosofia para que a universidade se tornasse autônoma e livre em suas pesquisas e projetos, podendo basear-se na realidade, sugerindo idéias ao futuro, sem esquecer-se das bases do passado. Terceiro, visava o comprometimento em formar com competência os futuros profissionais da educação, promovendo, na Universidade da Educação, um espaço para o aprender e para o ensinar e, além de todos os conhecimentos de inúmeras áreas, também os conhecimentos culturais.

O projeto da UDF, entretanto, não perdurou por muito tempo e foi logo extinto pelo Estado Novo e líderes da igreja católica que, não gostavam da idéia de autonomia e liberdade do pensamento e que, queriam que a educação continuasse tradicional, conservadora, religiosa e moral segundo os conceitos da igreja católica conservadora da época.

O terceiro projeto abordado é o da UnB, que foi fundada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, em 1962 no Distrito Federal. Seus princípios políticos e educacionais fundamentam-se nas obras e heranças deixadas por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, sen-

do Darcy Ribeiro o último representante da chamada Escola Nova. O projeto da UnB baseou-se nos projetos anteriores, da USP e da UDF e articulou-se com a fase da nova capital do país.

O projeto da UnB destacou-se em três pontos-chaves. Primeiro, ser espaço antropológico e filosófico, uma vez que, a filosofia permeava todas as outras ciências e podia influenciá-las, assim foi pensado, unindo a filosofia para modificar a antropologia, tornando-a também filosófica. Segundo, uma universidade compreendida como o centro da cultura brasileira, por ser tripar-

O projeto da UDF visava uma universidade que inspirasse a filosofia e demonstrasse a democracia.

tida e integrada, ou seja, integrava três elementos: os Institutos Centrais, as Faculdades Integradas e os Órgãos Complementares, buscando dar suporte a esse novo modelo de universidade, pautado nas culturas nacionais. Terceiro, uma universidade comprometida com o desenvolvimento do país, assim, centrava-se em uma universidade que fosse o centro dos conhecimentos e se tornasse um instrumento para a melhoria no desenvolvimento do próprio país.

O projeto inicial da UnB, por Darcy Ribeiro, teve seu falecimento com o

Golpe Militar, seguidos do Dia da Vergonha e do Dia da Diáspora, que liquidaram o projeto. Entretanto, a UnB renasceu, considerando seu projeto com enfoque político e filosófico.

Esses três projetos visavam por meio da educação uma transformação na sociedade para que se tornasse mais emancipada, livre e democrática e, todos eles tinham a filosofia como base para o pensar. As universidades então, foram criadas para serem esses espaços de liberdade e, com isso, tiveram que afastar-se da teologia e agregar-se com a filosofia. A teologia era para as pessoas que buscavam apoiar a fé na razão e, portanto, eram inflexíveis e a universidade precisava ser mais autônoma e livre.

Com a Revolução Industrial, a universidade tornou-se um local que visava preparar as pessoas para o mercado de trabalho, distanciando-se assim, do pensar, do ato de filosofar. A partir de 1930 com os projetos da USP, UDF e UnB, acima relatados, a universidade tentava voltar ao filosofar e não somente ao profissionalizar.

O ato de filosofar é um ato que inspirava os pensamentos, por isso, a universidade tornou-se mais autônoma e livre, para que as pessoas tivessem esse espaço para estudar, aprender e compreender o ato de pensar, de filosofar; interpretando de variadas formas, a realidade e as possibilidades de desenvolvimento por ângulos diversificados.

Desde a antiguidade, o ato de filosofar perpassa por toda a história, umas vezes com mais, outras com menos enfoque, mas sempre lutando para se manter firme na área educacional, principalmente nas universidades que deveriam ser locais onde se formam os seres pensantes modificadores de toda sociedade.

Assim, o ato de filosofar faz parte da realização humana, uma vez que une tanto o sujeito quanto o objeto do conhecimento a ser desenvolvido. Todos os seres humanos, uns mais outros menos são filósofos, pois todos são capazes de filosofar e, logo, de pensar.

A filosofia juntamente com o ato de filosofar contempla três movimentos. Primeiro, a filosofia como um projeto ético remetendo-se a um ato de filosofar como um saber amoroso. Segundo, a filosofia como uma metodologia analítica, um ato de filosofar servindo ao outro de forma criativa. É um saber-ouvir, um saber-interpretar, um saber-servir. Terceiro, a filosofia com objetivo de práxis, um ato de filosofar como um acolhimento do outro, respeitando suas necessidades, desejos e limites.

O ato de filosofar foi um dos princípios norteadores do pensar, uma vez que a filosofia forneceu esse espaço para reunirem pessoas que queriam filosofar, nascendo assim as universidades. Enquanto estas se preocupavam com o ato de filosofar, de pensar, houve mais desenvolvimento do que hoje, quando se preocupam mais em capacitar profissionais para o mercado de trabalho.

A universidade nasceu como um espaço para o aprender, inicialmente gerido pelas leis da Igreja e do Estado. Tempos mais tardes, ela foi tornando-se o espaço do filosofar, do pesquisar, do especular. A partir de então a universidade passa a ser vista como um espaço onde se cria o conhecimento a partir do ato de filosofar, transformando esses novos conhecimentos em benfeitorias para o país como um todo.

No entanto, quando a universidade pensa para o mercado entra em constantes crises, o que pode levar a soluções criativas e a um melhor desempenho e disposição de comprometimento. Ou a universidade gera ou acaba influenciando a crise, pois hoje não necessita mais de respostas prontas, mas sim de perguntas mais éticas para se desenvolver. Atualmente, pensasse no mercado de trabalho e isso deve reverter-se totalmente para um conhecimento mais filosófico, mais pensante, de construção do ser humano mais crítico e consciente de seus atos.

Portanto, a universidade tem um papel fundamental frente à sociedade, de produzir, de sistematizar e de socializar para e com os seus educandos, um

conhecimento pautado no ato de filosofar de forma criativa, saindo assim da crise em que se instalou tornando-se profissionalizante. A universidade de hoje não se relaciona com a população, com seus problemas sociais, com as crises do país. Ela é autônoma e livre, mas poderia centrar-se mais no panorama socializador e no ângulo do pensar e não somente do reproduzir. As pesquisas realizadas necessitam “sair” dos muros acadêmicos e serem colocadas em prática. A universidade precisa voltar a ser autônoma, crítica, criativa, comprometida com o ser humano e com o ambiente onde este con(vive).

A educação precisa ser a finalidade maior das universidades e não, um modo de exclusão social, pois a verdadeira educação deve primar à prática constante e da realidade do educando e não basear-se em possíveis hipóteses podendo tornar-se um espaço para se pensar os problemas políticos, sociais e culturais e transformá-los em soluções práticas para o desenvolvimento social. Pensando assim, a universidade não pode ficar estagnada na nostalgia, nem ser tão futurista, mas sim, estar de acordo com o contexto da sociedade local e atual.

O saber foi instrumentalizado e, hoje quem possui este saber, este conhecimento, consegue se encaixar em inúmeras situações do cotidiano com destreza e facilidade. O saber se tornou mais um meio de ampliar ainda mais as desigualdades sociais. Sendo assim, o saber é um aprendizado que engrandece a educação humana, enquanto o conhecimento é um acúmulo de informações. Ambos deveriam caminhar juntos, no entanto, na atualidade, dá-se mais importância ao conhecimento do que a sabedoria, a informação ao invés da formação e, assim, as desigualdades só aumentam cada vez mais.

A universidade transformou-se em uma instituição de venda, onde a mercadoria é o conhecimento e, enquanto mais a universidade se firmar nesse ideal, mais rentável será para ela. Mas e o desenvolvimento do país? As universidades devem retornar aos seus

princípios bases, éticos e fundamentais, onde há uma educação mais humana, cidadã, crítica, criativa e transformadora. Precisa entrelaçar o seu pensar e perpassá-lo em todos os campos e ciências de forma atual, mas embasando-se nos erros e acertos do passado e pensando em melhorias para o futuro. A extensão pode ser uma dessas melhorias.

A extensão é um processo de aprendizagem, uma vez que abrange três características: científica, educativa e social. É uma das políticas institucionais da universidade e visa uma aproximação entre a academia e a sociedade, estando em constante contato.

É por meio da extensão que a universidade pode tornar-se mais dialógica para conseguir se relacionar com a sociedade que as mantém. Sua extensão deve pensar e interagir com a sociedade acadêmica, local e quiçá nacional, visando melhorias ao desenvolvimento intelectual do país. Há uma responsabilidade de social por trás da universidade. É preciso olhar para os problemas do país. Para que isso ocorra é necessário o diálogo entre: universidade x sociedade x comprometimento social.

A universidade não deve apenas formar o ser humano “para trabalhar, para a sociedade”, mas também, “formar pessoas críticas do mundo, da sociedade e do próprio conhecimento” (2006, p. 183) e, a educação é a base, o alicerce para esse conhecimento e, assim, promove o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, pautando-se na ética e na técnica.

A universidade também deve empenhar-se por justiça, utilizando uma abordagem de âmbito ético no que se refere a sua identidade, a sua finalidade e a sua funcionalidade e, também, a do ser humano que pretende formar frente à sociedade, a cultura, ao caráter e aos costumes de um povo, tanto subjetiva quanto objetivamente.

Essa ética pode ser vista sob três pontos. Primeiro, a alteridade, levando a universidade a partir de um conhecimento embasado na ética proporcionar

um desenvolvimento sustentável e justo. Segundo, a reciprocidade, que é a justiça e a dignidade, é o dar e o receber. Terceiro, a responsabilidade, que fala por si só.

Ao invés disso, as pessoas se distanciaram, formando duas classes de injustiça. Uma, socioeconômica que se refere à política e a economia e, outra, a cultural ou simbólica referente as representações e comunicações sociais, separando ou dividindo ainda mais as classes sociais.

Para ter justiça e ética passa-se por três enfoques: primeiro, virtude que é igualdade; segundo, princípio que é equidade e; terceiro, compromisso que é responsabilidade. Tendo a união de todos, tem-se uma justiça social.

Retomando ao diálogo, ele entrou também na pedagogia formando a Pe-

dagogia do Diálogo, cuja base também é a filosofia, o ato de filosofar. O diálogo, segundo Buber ocorre na relação do EU-TU e do EU-ISSO, onde "A relação é reciprocidade". (SÍVERES, 2006, p. 212). Já para Freire (apud., p.213) a palavra é a base do diálogo. O diálogo permite o respeito mútuo e pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, o educando. O diálogo é o ouvir, é o falar e é o atuar, assim, o diálogo é o falar conscientemente.

A universidade é uma das instituições mais éticas em toda a história da humanidade e, precisa que as pessoas reflitam na atualidade, fazendo uma síntese, que só pode ser pautada na filosofia, que pode fornecer identidade e finalidade as instituições superiores, buscando e lutando por mais justiça, ética e igualdade, transformando as-

sim, a universidade de acordo com a realidade local ou do país, em uma instituição mais criativa, crítica, ética, emancipadora, dialógica e principalmente, comprometida com essa sociedade.

Conclui-se então, retornando ao título analógico desse livro que, a universidade necessita ser torre para ser firme, científica, compreensível e técnica. Mas também necessita ser sino, para ser flexível, filosófica, compromissada e ética. Portanto, utilizando as palavras do autor: "O que dá um sentido à Torre é a ressonância do Sino e o que dá um sentido ao Sino é a significância da Torre". (2006, p. 233).

Assim, a universidade precisa, necessita, pode e deve, tornar-se torre e sino em conjunto, em um processo contínuo.

Educação Ambiental

De forma simplificada e objetiva, o Autor demonstra como a implantação de um Programa de Educação Ambiental em uma instituição estimula e promove a sua evolução em termos de responsabilidade socioambiental.

A incorporação de elementos de Gestão Ambiental nas dinâmicas cotidianas da instituição modificou em pouco tempo decisões e atitudes, percepções e valores, produzindo na coletividade um novo conjunto de comportamentos mais compatíveis com as premissas de desenvolvimento de sociedades sustentáveis.

Os resultados são revelados por um conjunto de indicadores e outros elementos indiretos de avaliação; como o envolvimento das pessoas em novas práticas e estabelecimento da própria Política Ambiental da instituição.

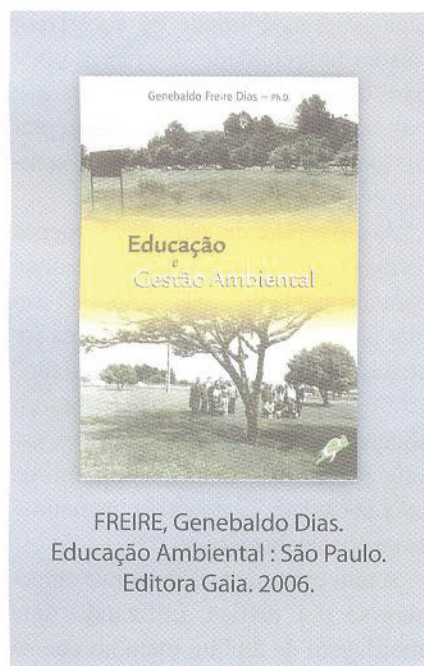
O livro expressa, de forma objetiva e ilustrada, os passos para a implantação do processo de Educação Ambiental seguido de Gestão Ambiental, acen-

tuando a sua metodologia simples (marco referencial, diagnóstico, etapas, avaliação e perspectiva).

Uma leitura indispensável para quem intenciona implantar esses processos em instituições ou apenas atualizar-se nas tendências de Educação e Gestão Ambiental.

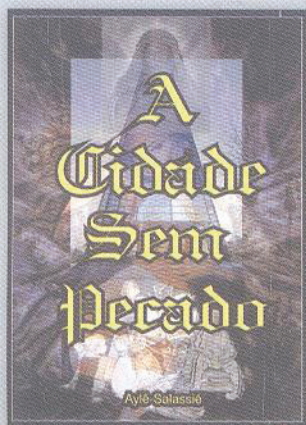
Genebaldo Freire Dias (3 de Março de 1949, Pedrinhas – SE) é Mestre M.Sc. e Doutor (Ph.D.) em Ecologia pela UnB. Cientista em assuntos socioambientais, é uma referência nacional consolidada por sucessivas e inovadoras publicações, na área de educação ambiental. Coordena o Programa de Educação Ambiental do Parque Nacional de Brasília (Ibama) e da Universidade Católica de Brasília.

Contato: (61) 9984-6393
gfreire@ucb.br
genebaldo@brturbo.com
www.gnebaldo.com.br



FREIRE, Genebaldo Dias.
Educação Ambiental : São Paulo.
Editora Gaia. 2006.

Jornalista conta, em livro, a saga da imigração alemã e o papel dos internatos na educação dos anos 50 e 60



Imigração alemã para a Zona da Mata em Minas Gerais: papel dos internatos colegiais na educação

QUINTAO, Aylê-Salassí F.
"A Cidade sem Pecado",
Brasília: editora Otimismo,
2006, 296 páginas.

"A Cidade Sem Pecado" é o nome do livro do jornalista e professor da UCB, Aylê-Salassí F. Quintão, lançado, em dezembro, no Rio de Janeiro e em Vitória, depois do sucesso alcançado nos lançamentos em Alto Jequitibá (08.09), cenário da história; em Brasília (17.10); e em Belo Horizonte (21.11). O trabalho, com 296 páginas, foi desenvolvido ao longo de dez anos. Conta a saga da imigração alemã e sua influência para o Brasil, mostrando as dificuldades dos grupos de estrangeiros para se fixar na região bravia da serra do Caparaó (MG), palco de jagunços, no passado, e de grupos guerrilheiros, no período da ditadura militar. O autor relata o papel desempenhado por esses *outsiders* na domesticação dos nativos, destacando o modelo de educação implantado ali pelos alemães.

Apresentado pelo ex-presidente da República Itamar Franco, o livro é aberto com um poema "A Escola", de Paulo Freire, retomando uma discussão, aparentemente esquecida, sobre a experiência dos internatos colegiais no Brasil para a socialização dos adolescentes. O trabalho se oferece ainda como subsídio para as discussões atuais sobre a violência entre jovens, especialmente num momento em que o convívio cotidiano de crianças e adolescentes com os pais torna-se cada vez mais escasso.

Mostra ainda o autor o lado positivo do modelo de internato no sistema educacional, atividade interrompida no Brasil em nome de uma educação aberta e livre, que lançou milhares de adolescentes no convívio conflituoso das ruas. "Os internatos passaram a ser visto pela ótica das casas de correção, tipo Febem, destinadas a absorver menores acusados de práticas delituosas. Esse desvio interpretativo levou a depreciação do modelo e ao fechamento dos internatos escolares do Brasil, onde os estudantes ficavam 24 horas envolvidos no processo da educação. Hoje, os prédios, remanescentes, deterioraram-se vazios em praticamente todas as grandes cidades brasileiras". Salienta o autor que "Os internatos eram, no mínimo, espaços de uma sociabilidade sadia."

O livro publicado, em Brasília, pela editora Otimismo, poderá ser adquirido em livrarias do Distrito Federal, Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro.

editoraotimismo@yahoo.com.br
(61) 3356-9271 / 3386-0459 / 3468-2509

Aylê-Salassí
(61) 3356-9271 / 3468-2509
ayleq@yahoo.com.br

Perfil do autor

O jornalista **Aylê-Salassí Filgueiras Quintão**, nascido em Piraúba (MG), ex-correspondente em Londres, é professor no curso de Comunicação da Universidade Católica de Brasília (UCB) e doutorando em História pela Universidade de Brasília. Como jornalista edita uma *newsletter*, digital, com periodicidade regular, intitulada *Infoc da Economia Florestal*, de circulação restrita para assinantes nacionais e estrangeiros, e presta consultoria para a *Tv Amazonsat*.

Trabalhou na Folha de São Paulo, Última Hora, Rádio Jornal do Brasil, Diário Popular de São Paulo, Correio Brasileiro, Jornal de Brasília, revistas *Afinal* e *Brasil Florestal*. Foi repórter setorial em Brasília durante muitos anos, dedicando-se, com prioridade, área econômica, dentro da qual escreveu *Jornalismo Econômico no Brasil* depois de 1964, editado pela Agir, o primeiro livro publicado sobre o tema no Brasil (1986). Produziu também vários artigos em livros e revistas especializadas sobre a temática do jornalismo. Repórter, viajou, como enviado especial, por todo o Brasil, por diversos países do mundo, especialmente da América Latina.

É graduado em Jornalismo, História e Política, com mestrado em Comunicação. Na Universidade Católica mantém, junto com alguns colegas de trabalho, o Núcleo de Estudos de Comunicação na América Latina (Nuclam). Por meio do Núcleo tem gerado e coordenado projetos de estudos sobre a região e outros de cobertura jornalística em conjunto com a grande mídia destinados a treinar estudantes de jornalismo. Nesse sentido, produziu e realizou a Cobertura dos Jogos Indígenas de Palmas (To), Jogos Olímpicos de Santo Domingo (São Domingos) e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Atenas (Grécia) e coordenou, em Brasília, a Base de cobertura da Copa da Alemanha.